



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 55

1

225

2ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 113276-1/01

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
EMBARGANTE: BERNARDO FORTUNATO DE MIRANDA FILHO
EMBARGADA: COMPANHIA FERROVIÁRIA DO NORDESTE

2
5706

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO. POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DA INVALIDEZ SEM O RECONHECIMENTO DE ALEIJÃO OU DEFORMIDADE. CONTRADIÇÃO INEXISTENTE. SILÊNCIO DO ACÓRDÃO EMBARGADO QUANTO AO MARCO INICIAL DE INCIDÊNCIA DOS JUROS MORATÓRIOS, BEM COMO QUANTO AO SEU PERCENTUAL. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL. JUROS A PARTIR DO EVENTO DANOSO. ELEVAÇÃO A 1,0% (UM POR CENTO) APÓS A ENTRADA EM VIGOR NO CC/2002. ALEGAÇÃO DE EQUÍVOCO EM RELAÇÃO AO MOMENTO A PARTIR DO QUAL DEVE SER PAGA A PENSÃO. PLEITO NÃO COGNOSCÍVEL, A PRIORI, EM SEDE DE ACLARATÓRIOS. ERRO EVIDENTE QUE AUTORIZA A REVISITAÇÃO DA MATÉRIA. CELERIDADE E RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO. EMBARGOS PARCIALMENTE ACOLHIDOS.

- A invalidez e o aleijão ou a deformidade podem ocorrer de forma dissociada, não implicando o reconhecimento daquela a obrigatoriedade de reconhecimento destes.

CGM



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



226

- Verificada omissão do julgado sobre o marco inicial de incidência dos juros de mora, bem como sobre o percentual a ser aplicado, impende registrar que eles são devidos a partir do evento danoso à base de 0,5% (meio por cento) até a entrada em vigor do CC/2002, quando devem ser elevados a 1,0% (um por cento). Súmula 54 do STJ.

- O pedido de retroação do pagamento da pensão à data do evento danoso não se enquadra em nenhuma das hipóteses de cabimento dos Embargos de Declaração, mas deve ser conhecido em homenagem aos princípios da celeridade e razoável duração do processo, eis que evidente o erro cometido no acórdão ao usar a data da citação como marco inicial da parcela em questão.

- Recurso acolhido parcialmente, com efeitos integrativos e modificativos.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **ACORDAM** os Senhores Desembargadores integrantes deste órgão fracionário em **ACOLHER PARCIALMENTE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, de conformidade com o Termo de Julgamento e o voto do Relator, que devidamente revisto e rubricado, passa a integrar o presente julgado.

Sala de Sessões, em

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes - Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 56

227

2ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 113276-1/01

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
EMBARGANTE: BERNARDO FORTUNATO DE MIRANDA FILHO
EMBARGADA: COMPANHIA FERROVIÁRIA DO NORDESTE

R E L A T Ó R I O

Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de acórdão proferido por esta Col. 2ª Câmara Cível na Apelação em apenso (fls. 587/589), estando a parte dispositiva do voto condutor assim redigida:

.....

Em face de tudo quanto aqui esquadrinhado, **DOU PROVIMENTO PARCIAL** ao apelo do autor, conferindo-lhe direito ao recebimento de pensão mensal no valor de um salário mínimo, devido a partir da citação e até que ele complete sessenta e cinco anos, determinando desde logo a constituição de capital para pagamento das parcelas futuras; na mesma esteira, **DOU PROVIMENTO PARCIAL** ao apelo da ré, apenas para reduzir o montante da indenização por danos morais ao patamar de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), mantendo-se a sentença nos seus demais termos.

.....

Nos presentes aclaratórios (fls. 02/08), o Embargante aduz *contradição* do aresto, que reconheceu sua invalidez, no entanto indeferiu o pedido de duplicação da indenização pelas despesas médico-hospitalares, sendo certo que "o aleijão ou deformidade que acarreta a invalidez (...) é o mesmo que confere direito à duplicidade" (fl. 03), nos termos do art. 1538, § 1º, do CC/1916¹.

¹ Art. 1538. No caso de ferimento ou outra ofensa à saúde, o ofensor indenizará o ofendido das despesas do tratamento e dos lucros cessantes até o fim da convalescença, além de lhe pagar a importância da multa no grau médio da pena criminal correspondente.

§ 1º. Esta soma será duplicada, se do ferimento resultar aleijão ou deformidade. (...)

18m



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

228

Prossegue aduzindo "equivoco do julgamento quanto ao percentual de juros" (fl. 03), pois, neste ponto, foi mantida a sentença, a qual, por sua vez, determinou a incidência de juros legais na base 0,5% (meio per cento) ao mês, apesar de ter sido proferida em dezembro de 2003, já sob a égide do CC/2002, que elevou referido percentual para 1 (um).

Ainda sobre os juros, aduz "equivoco quanto termo inicial" (fl. 05) de incidência, pois os mesmos deveriam ser contados desde o evento danoso, e não a partir da citação, como restou decidido na sentença e mantido no acórdão.

Alega, ainda, que "a pensão tem início com o evento danoso e não com a citação" (fl. 07).

Destarte, pugna "sejam conhecidos e providos os presentes Embargos de Declaração, emprestando-lhes efeitos modificativos, de modo que seja revisto o v. acórdão embargado quanto aos itens acima expostos" (fl. 08).

Em sede de contrarrazões (fls. 21/25), a Embargada suscita o descabimento dos aclaratórios, pois "o embargante não intenta esclarecer a decisão impugnada, mas reformá-la segundo seus interesses" (fl. 23). No mérito, requer a manutenção do acórdão embargado por seus próprios fundamentos.

É o relatório, no essencial. Dispensado de inclusão em pauta, nos termos do art. 85, "d", do Regimento Interno do TJPE.

Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 57

229

2ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 113276-1/01

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
EMBARGANTE: BERNARDO FORTUNATO DE MIRANDA FILHO
EMBARGADA: COMPANHIA FERROVIÁRIA DO NORDESTE

V O T O

Inexiste a *contradição* apontada pelo Embargante. Com efeito, a invalidez e o aleijão ou a deformidade podem ocorrer de forma dissociada, não implicando o reconhecimento de uma obrigatoriedade de reconhecimento do outro.

Ora, deduz-se do próprio conceito que o aleijão ou a deformidade deve ser algo constatável mediante simples observação, senão vejamos:

.....

ALEIJÃO. S. m. 1. Deformidade ou defeito físico (...). 2. Pessoa com grande deformidade física; monstro. 3. Coisa malfeita, disforme, hedionda.

DEFORMIDADE. S. f. 1. Estado do que é deforme; irregularidade, desproporção ou anormalidade de conformação; defeito, aleijão. 2. *Omissis*. 3. Dano estético. (...)¹

.....

Neste aspecto, o voto proferido por esta Relatoria no apelo apenso bem pontuou que "*foi o Juiz sentenciante quem presidiu as audiências realizadas no feito, tendo contato direto com o autor em todas elas, sendo certo que, se indeferiu*

¹ Definições retiradas do Dicionário Aurélio Eletrônico – Século XXI, versão 3.0 – Novembro de 1999.

Ogm



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido F. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. _____

230

a duplicação pleiteada, é porque não enxergou nele qualquer aleijão ou deformidade, circunstância aferível por simples observação" (fl. 593).

Por sua vez, a invalidez pode muito bem acontecer sem que se verifique no inválido aleijão ou deformidade. Apenas para ilustrar, imagine-se o exemplo de alguém que, após sofrer forte pancada na cabeça, reste mentalmente alienado, porém sem nenhuma marca externa do acidente.

Assim, o acórdão embargado não estava obrigado a reconhecer a existência de aleijão ou deformidade só porque o fez em relação à invalidez do Embargante, não havendo que se falar, portanto, em contradição.

Quanto ao percentual dos juros de mora e ao termo inicial de sua incidência, tenho que houve omissão do julgado a respeito, o que afasta desde logo a alegação da Embargada no sentido do não cabimento dos aclaratórios, pois, de fato, o acórdão necessita ser complementado.

Sendo assim, tratando-se de responsabilidade extracontratual, registro não haver dúvidas de que o *dies a quo* da contagem dos juros é a data evento danoso², conforme a Súmula 54 do V. STJ, *verbis*:

² CIVIL E PROCESSUAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. COLISÃO. PISTA CONTRÁRIA. RESPONSABILIDADE. DANO MATERIAL. JULGAMENTO FORA DO PEDIDO. INOCORRÊNCIA. PETIÇÃO INICIAL. PEDIDO FEITO. DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS. DESPESAS MÉDICAS. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL. SÚMULA N. 54 DO STJ. AJUIZAMENTO DA AÇÃO. DEMORA. NÃO INTERFERÊNCIA. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO. I - A condenação em dano material não caracteriza julgamento fora do pedido, pois os autores formularam o pleito quanto ao ressarcimento de despesas médicas na petição inicial e juntaram os documentos necessários à sua comprovação. II - A demora de dez anos para ingressar com a ação de indenização não afasta a Súmula n. 54 do STJ, em relação ao termo inicial dos juros moratórios, sendo o presente caso de



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 58
1
231

.....

Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual. (Súmula 54, CORTE ESPECIAL, julgado em 24/09/1992, DJ 01/10/1992 p. 16801)

.....

Goza da mesma sorte a alegação de equívoco da sentença quanto ao percentual dos juros, devendo ser majorado ao patamar de 1,0% (um por cento) ao mês para o período decorrido depois da entrada em vigor do CC/2002.

Quanto ao pedido de retroação da pensão mensal à data do evento danoso, verifico que o mesmo não se enquadra em nenhuma das hipóteses de cabimento dos Embargos de Declaração, quais sejam, omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada.

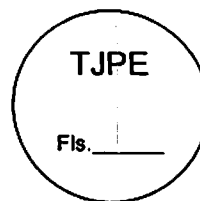
Entretanto, em homenagem aos princípios da celeridade e da razoável duração do processo, se afiguraria absurdo não conhecer da matéria, obrigando a parte a manejar novo recurso, mesmo estando este Relator desde já ciente do erro cometido, que é de todo evidente.

Com efeito, se restou reconhecida a invalidez permanente, com a consequente incapacidade do Embargante para o trabalho, é óbvio e ululante que a pensão deve ser paga a partir do evento danoso, pois sua razão de existir é justamente a substituição da paga que a vítima alcançaria com seu labor.

responsabilidade extracontratual. III - Recurso especial conhecido e provido. (REsp 991.371/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 04/03/2010, DJe 29/03/2010) (Grifos nossos)



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



232

Por oportuno, trago à baila o seguinte julgado, que, apesar de tratar de acidente do trabalho, amolda-se ao presente caso, senão vejamos:

.....

RESPONSABILIDADE CIVIL. Acidente no trabalho. Incapacidade. Pensão. Data inicial. A pensão devida à vítima de acidente no trabalho que fica incapacitada para a atividade laboral deve ser paga desde a data do evento. Precedente. Recurso conhecido e provido. (REsp 488.700/SP, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 24/06/2003, DJ 25/08/2003, p.320) (Grifos nossos)

.....

Ante tudo quanto aqui exposto, **ACOLHO PARCIALMENTE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, com efeitos integrativos e modificativos, para reconhecer a omissão existente no acórdão embargado, fazendo dele constar a data do evento danoso como sendo o marco inicial de incidência dos juros de mora, que devem ser majorados ao patamar de 1,0% (um por cento) ao mês após a entrada em vigor do CC/2002, bem como para determinar a retroação da obrigatoriedade de pagamento da pensão à data do sinistro.

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator